



DOCAS DO RIO
AUTORIDADE PORTUÁRIA
RIO DE JANEIRO PORT AUTHORITY

Diretoria de Planejamento e Relações Comerciais
Superintendência de Planejamento e Avaliação
Divisão de Planejamento

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS
E
ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

2011

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5º bimestre

Sumário

1 – Valores Aprovados para 2011.....	5
2 – Resumo Técnico-Orçamentário e Recomendações	
2.1 – Situação verificada.....	6
2.2 – Medidas Adotadas.....	7
2.3 – Recomendações.....	7
3 - Descrição da Execução Orçamentária 2011	
Quadro 1.1 – PDG/2011 – Execução.....	8
Quadro 1.2 – PDG/2011 – Usos e Fontes.....	9
3.1 – Recursos	
3.1.1 – Receitas Correntes.....	10
Quadro – Faturamento – 2011.....	11
3.1.2 – Receitas de Capital.....	12
3.2 – Dispêndios	
3.2.1 – Correntes.....	12
Quadro 1.3 – PDG/2011 – Execução por Diretoria e Centro de Custo..	16
3.2.2 – Orçamento de Investimentos.....	18
3.2.2.1 – Créditos para Investimentos.....	18
Anexo I – Detalhamento dos Dispêndios Correntes.....	19
Anexo II – Acompanhamento Orçamento de Investimentos.....	33
Anexo III – Gráficos - Receitas Correntes.....	53
Anexo IV – Gráficos Dispêndios Correntes.....	59
Anexo V – Projetos de Investimentos em andamento – Fonte Tesouro.....	65

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PDG / 2011

1-Valores Aprovados para o Exercício de 2011

Dispêndios

Em R\$

Decreto	PDG	Correntes	Capital	Total
7.375/2010	Dotação Inicial	260.760.488	125.291.559	386.052.047
-	Reprogramação	444.554.468	158.732.680	603.287.148

Inicialmente o Decreto nº 7.375/2010 aprovou o PDG para o exercício de 2011 no valor de R\$ 386,0 milhões.

Em agosto foi finalizada a reprogramação dos valores do PDG/2011, alcançando um total de R\$ 603,3 milhões. Aguarda-se a aprovação do DEST/MPOG e a publicação do decreto autorizativo.

Esse montante é representado pelos Dispêndios Correntes (despesas com pessoal, material de consumo, serviços de terceiros e encargos diversos) e Dispêndios de Capital (amortização da dívida externa e ações de investimentos com recursos próprios e com recursos do tesouro) num total de R\$ 444,5 milhões e R\$ 158,7 milhões, respectivamente.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.381/11 (LOA-11) em 02/03/2011.

No total dos Dispêndios de Capital estão incluídos os Decretos s/nº de 28/01/2011 e de 24/06/2011 e a Portaria DEST/MPOG nº 124 de 01/06/2011, relativos à abertura de créditos adicionais com fonte em Restos a Pagar no total de R\$ 47,1 milhões, e créditos em andamento correspondente a suplementação de R\$ 4,7 milhões e cancelamento de R\$ 5,5 milhões referente a saldos financeiros utilizados em 2010.

Receitas

Em R\$

Decreto	PDG	Própria	Tesouro	Total
7.375/2010	Dotação Inicial	298.981.409	80.058.000	379.039.409
-	Reprogramação	333.200.000	347.728.920	680.928.920

A Receita Corrente inicialmente aprovada pelo Decreto 7.375/10 de R\$ 298,9 milhões, foi reprogramada considerando a efetiva execução de janeiro a junho do exercício, acrescido da projeção de julho a dezembro com base no desempenho do mesmo período de 2010, perfazendo um montante de R\$ 333,2 milhões. Aguarda-se a aprovação do DEST/MPOG e a publicação do decreto autorizativo.

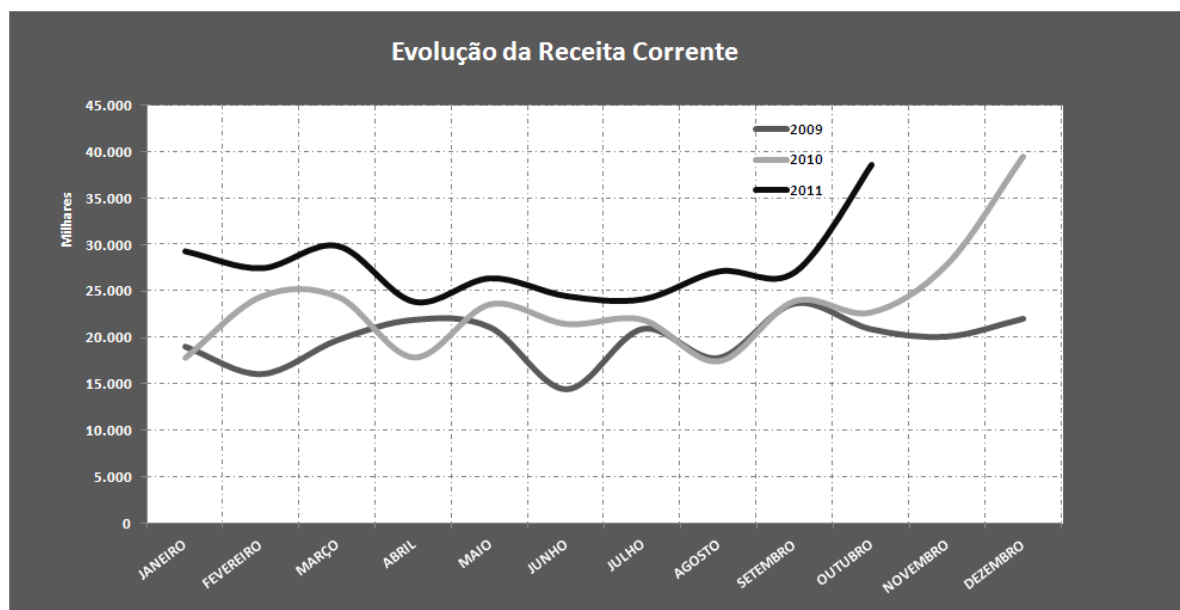
A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramado para R\$ 347,7, sendo: R\$ 127,1 milhões para investimentos com recursos do tesouro, R\$ 212,5 milhões para saneamento financeiro (Lei 12.178/2009 e 12.410/2011) e R\$ 8,1 milhões referente ao saldo financeiro do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro relativo à construção do novo acesso ao Porto do Rio. Obra concluída e em fase de fechamento da Prestação de Contas do convênio.

Os demais recursos que complementam o PDG são: Variações do Capital de Giro e Disponível Inicial do Balanço, ajustes financeiros do Sistema SIEST/DEST.

2 – Resumo Técnico-Orçamentário e Recomendações

2.1 – Situação verificada.

O faturamento das Receitas Próprias fechou o semestre com uma execução 1,4% acima da meta reprogramada para o período. Conforme gráfico abaixo, a tendência é de que no último bimestre mantenha-se a média mensal em torno de R\$ 26,0 milhões.



No decorrer do exercício, os dispêndios foram corretamente aplicados no que tange à apropriação orçamentária pelo regime de competência, ou seja, os registros foram feitos no mês da ocorrência da despesa, salvo a apropriação do PIS/PASEP e COFINS, pela sua dependência do fechamento contábil.

Considerando que, pelo regime de competência, o montante de recursos disponíveis no período atingiu o valor de R\$ 454,1 milhões;

Considerando que, desse montante, R\$ 15,5 milhões, R\$ 8,1 milhões e R\$ 66,7 milhões referem-se a Recursos do Tesouro vinculados a Investimentos, apurados como Saldo Financeiro de 2010, o Convênio com a Prefeitura do RJ e repasses financeiros das ações contempladas na Lei Orçamentária de 2011, respectivamente;

Constata-se a capacidade da CDRJ em garantir a totalidade da despesa empenhada (pronta para pagamento) no período, no valor de R\$ 263,8 milhões, apresentando um saldo positivo de R\$ 100,2 milhões. Esse resultado orçamentário favorável foi reflexo do repasse de R\$ 77,3 milhões do governo para sanear dívidas tributárias.

Recursos Disponíveis no ano (Regime de Competência)	454.143.860
(-) Rec Tesouro – LOA/2011 – Investimentos	(66.654.001)
(-) Rec Tesouro – Saldo Financ-2010 – Investimentos	(15.458.699)
(-) Rec Tesouro – Convênio Rodoferroviário – Prefeitura RJ	(8.106.751)
(=) Recursos Próprios Líquidos	363.924.409
(-) Custeio (Emp) + Inv. Rec. Próprio (Emp) + Amort. Dívida	(263.761.561)
(=) Saldo Orçamentário Atual	100.162.848

2.2 – Medidas Adotadas:

1 - Mantida a busca pelas áreas, operacional e marketing, quanto a uma perspectiva de entrada de novos recursos;

2 – O contingenciamento de 10% da dotação aprovada para as despesas não-continuadas autorizado pela DIREXE em sua 1937ª Reunião, através da CI-DIPLAN nº 12.146/2011,. Cabe salientar, a suspensão em agosto do bloqueio judicial de CIAM/JPMorgan relativo ao leasing, que retirava 40% da receita arrecadada direto no arrendatário. Um pedido de descontingenciamento do PDG encontra-se em elaboração pela DIPLAN.

2.3 – Recomendações

Recomendou-se as Unidades Gestoras (UG) um minucioso planejamento e acompanhamento financeiro/orçamentário das contas sob sua responsabilidade, que permita aos gestores o perfeito atendimento das despesas a executar constantes de suas respectivas metas de gestão, informando à SUPLAN/DIPLAN sempre que oportuno ou solicitado, quando da necessidade de execução de despesas não previstas na Programação aprovada, pois o desconhecimento das UGs de suas reais necessidades de dotações é a principal causa de desequilíbrio orçamentário entre recursos de geração própria e os dispêndios correntes.

Recomendou-se a busca pela SUPFIN de metodologia que possibilitasse uma arrecadação mais eficiente dos recursos próprios.

Recomendou-se também, o envolvimento das respectivas unidades gestoras ou geradoras de despesas quanto ao cumprimento das metas orçamentárias estabelecidas para Companhia, nas quais recai a fiscalização dos órgãos de controle do governo (TCU / CGU / DEST) cobrando justificativas de sua não execução.

Alertou-se que de acordo com as normas gerais de Finanças Públicas e da Lei de Responsabilidade Fiscal, é vedada a assunção de despesas sem a contrapartida de recursos (valor orçamentário aprovado) que as atendam. E conforme disposto no inc. IX do art. 10 da Lei de Improbidade Administrativa, “É ato de improbidade administrativa: ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento”.

3 - Descrição da Execução Orçamentária/2011

1.1 - Quadro PDG/2011

**QUADRO RESUMO EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS - PDG
 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA /2011
 Execução Orçamentária - janeiro a outubro de 2011**

Execução Orçamentária - 2011 (janeiro a outubro)	Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	COMPROMISSADO até out/2011	DIFERENÇA	%	Realizado até out/11	%
	(A)	(B)	(A) - (B)	(B)/(A)	(C)	(C)/(A)
DESPESA						
1 DISPÊNDIOS CORRENTES	444.554.468	279.257.729	165.296.739	63	260.916.537	59
PESSOAL	130.900.000	102.829.536	28.070.464	79	101.666.619	78
MAT. CONSUMO	1.596.434	676.585	919.849	42	401.705	25
SERV. TERCEIROS	66.425.861	36.719.256	29.706.605	55	23.655.078	36
UTIL. SERVIÇOS	9.185.000	8.572.172	612.828	93	7.094.865	77
TRIB. ENC. PARAFISCAIS	22.346.886	11.341.730	11.005.156	51	10.174.582	46
JUROS DE FINANC.	654.508	259.598	394.910	40	259.598	40
ALUGUÉIS	1.620.000	1.170.441	449.559	72	1.071.728	66
MULTAS E ENCARGOS FINANC	51.497.673	2.765.191	48.732.482	5	2.761.417	5
DIVIDA JUDICIAL TRABALHISTA	21.228.700	14.537.002	6.691.698	68	14.194.316	67
DIVIDA JUDICIAL CIVIL	90.540.347	89.846.312	694.035	99	87.690.181	97
ACORDO PORTUS	31.500.000	0	31.500.000	0	0	0
DEMAIS DISPÊNDIOS CORRENTES	17.059.059	10.539.905	6.519.154	62	11.946.447	70
2 DISPÊNDIOS DE CAPITAL	158.732.680	29.952.429	128.780.251	19	4.992.885	3
AMORTIZAÇÃO	1.143.060	493.334	649.726	43	493.334	43
INVESTIMENTOS	157.589.620	29.459.095	128.130.525	19	4.499.552	3
Recursos Proprios	6.902.000	3.911.669	2.990.331	57	1.903.089	28
Recursos do Tesouro	150.687.620	25.547.426	125.140.194	17	2.596.463	2
1- Recursos - 2011	80.058.000	12.598.102	67.459.898	16	0	0
2- Exerc Anterior/Restos a Pagar	47.064.170	7.325.405	39.738.765	16	529.130	1
3 -Saldo Financeiro Exerc Anteriores	15.458.699	5.623.918	9.834.781	36	2.067.332	13
4 - Convênio Rodoferroviário (PMRJ)	8.106.751	0	8.106.751	0	0	0
I - TOTAL DAS DESPESAS	603.287.148	309.210.157	294.076.991	51	265.909.423	44

	Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	Faturado até out/11	Diferença	%	Arrec até out/11	%
		(B)	(A-B)			
RECEITA						
RECEITAS CORRENTES	333.200.000	278.459.289,05	54.740.711	84	269.700.679	81
1 REC. OPERACIONAL	312.240.406	242.383.967	69.856.439	78	244.232.881	78
2 REC. NÃO OPERAC.	12.776.614	25.566.931	-12.790.317	200	25.467.798	199
Aluguéis	9.214.007	7.182.078	2.031.929	78	0	0
Outras não Operacionais	3.562.607	18.384.853	-14.822.246	516	25.467.798	715
3 RECUPERAÇÃO VENCIMENTOS	8.182.980	10.508.391	-2.325.411	128	0	0
RECEITAS DE CAPITAL						
4 REC. AUM. PATRIMONIO LÍQUIDO	339.622.170	143.953.877	195.668.293	42	143.953.877	42
Orçamento Investimentos	127.122.170	66.654.001	60.468.169	52	66.654.001	52
Custeio	212.500.000	77.299.876	135.200.124	36	77.299.876	36
5 RECURSOS EM MÃOS DE TERCEIROS	8.106.751	8.106.751	0	100	8.106.751	100
Convênio Rodoferroviário (PMRJ)	8.106.751	8.106.751	0	100	8.106.751	100
VAR CAP GIRO / VAR DISPONÍVEL	-77.641.773	23.623.943	-101.265.716	-30	23.623.943	-30
II -TOTAL DOS RECURSOS	603.287.148	454.143.860	149.143.287	75	445.385.251	74
Variação de Execução [II (B) - I (C)]		188.234.438				

(*) Decreto s/nº, de 28/01/2011; Portaria Dest/MPOG 124, de 01/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

1.2 - Quadro PDG/2011 – Usos e Fontes.

PROGRAMA DE DISPÊNDIOS GLOBAIS/PDG
Execução Orçamentária - janeiro a outubro de 2011

R\$1,00

Execução Orçamentária - 2011 (janeiro a outubro)									
FONTES				USOS					
	Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	Rec. Executada	%		Reprogramação - PDG/2011 e Outros(*)	Desp Empenhada	%	Desp Executada	%
Receita Própria	333.200.000	278.459.289	83,6	Pessoal	130.900.000	101.567.817	38,8	101.666.619	38,9
Adiant Receita	0	0	0,0	Material de Consumo	1.596.434	401.705	0,2	401.705	0,15
Sub	333.200.000	278.459.289	83,6	Serviços Terceiros	66.425.861	23.667.701	9,0	23.655.078	9,0
				Utilidades Serviços	9.185.000	7.094.297	2,7	7.094.865	2,7
Rec.Tesouro - Custeio	212.500.000	77.299.876	36,4	Tributos	22.346.886	10.726.783	4,1	10.174.582	3,9
				Juros da Dívida Externa	654.508	259.598	0,1	259.598	0,1
				Outros Disp Correntes	70.176.732	13.599.709	5,2	15.779.592	6,0
				Acordo Portus	31.500.000	0	0,0	0	0,0
				Dívida Jud. Trabalhista	21.228.700	14.201.216	5,4	14.194.316	5,4
				Dívida Judicial Cível	90.540.347	89.846.312	34,3	87.690.181	33,5
				Sub (1)	444.554.468	261.365.138	99,8	260.916.537	99,8
				Amortização da Dívida	1.143.060	493.334	0,2	493.334	0,2
				Sub (2)	1.143.060	493.334	0,2	493.334	0,2
Total Receitas	545.700.000	355.759.165	65,2	Total Custeio	445.697.528	261.858.472	100,0	261.409.871	100,0
Investim - Rec Tes - LOA 2011	127.122.170	66.654.001	52,4	Invest Rec Próprios	6.902.000	1.903.089	42,3	1.903.089	42,3
Investim - Tes Sd Finan Ex. Ant.	15.458.699	15.458.699	100,0	Inv Rec Tes - LOA 2011	127.122.170	529.130	11,8	529.130	11,8
Convênio Rodoferroviário	8.106.751	8.106.751	100,0	Inv Tes Sd Finan Ex. Ant.	15.458.699	2.067.332	45,9	2.067.332	45,9
				Convênio Rodoferroviário	8.106.751	0	0,0	0	0,0
Total Outros Recursos	150.687.620	90.219.451	59,9	Total Investimentos	157.589.620	4.499.552	100,0	4.499.552	100,0
Var Cap Giro/Disp Inicial	-93.100.472	8.165.244							
Total do Exercício	603.287.148	454.143.860	75,3	Total do Exercício	603.287.148	266.358.024		265.909.423	
(Rec Fatur/Prev Rec%)		75,3%		(Dot Disp/Dot Estimada %)					

(*) Decreto s/nº, de 28/01/2011; Portaria Dest/MPDG 124, de 01/06/2011; Decreto s/nº, de 24/06/2011.

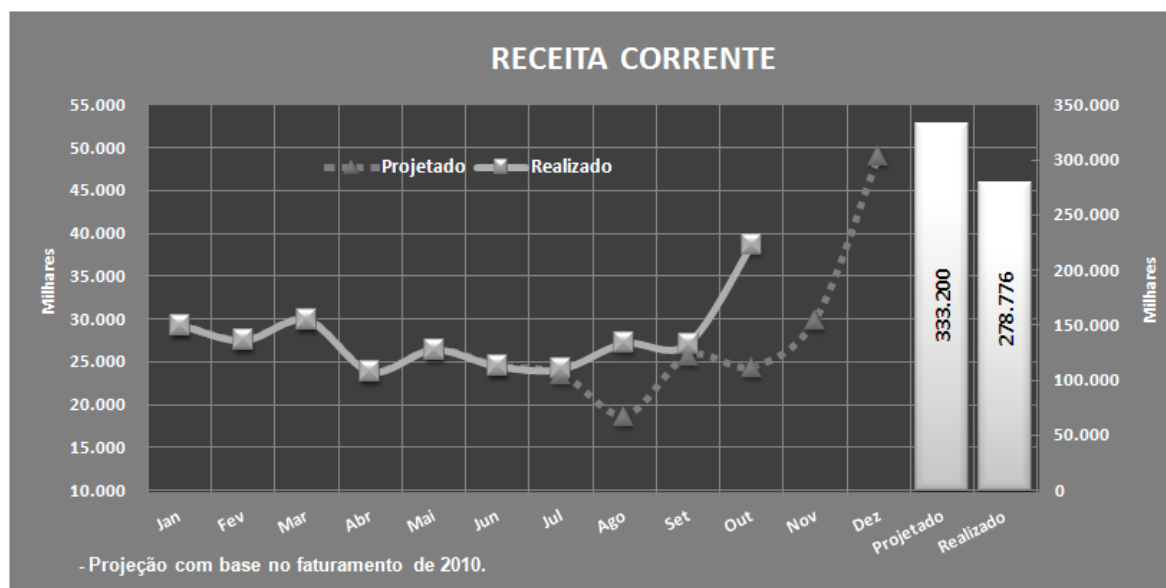
3.1 – RECURSOS

No 5º bimestre, os recursos disponíveis alcançaram o montante de R\$ 454,1 milhões, sendo R\$ 278,5 milhões em Receitas Correntes e R\$ 143,9 milhões em Receitas do Tesouro para aumento de patrimônio líquido. O Disponível Inicial do Balanço foi de R\$ 23,6 milhões, representado, em sua maior parte, por saldo financeiro de recursos do Tesouro de exercícios anteriores, no valor de R\$ 15,5 milhões.

3.1.1 - Receitas Correntes

As Receitas Correntes, de Geração Própria (Receita Operacional, Não Operacional e Recuperação de Vencimentos), alcançaram um faturamento de 84% da previsão reprogramada anual, correspondendo a R\$ 278,5 milhões.

As Receitas Operacionais, Não Operacionais e Recuperação de Vencimentos atingiram, respectivamente, 78%, 200% e 128% da previsão. (ver gráficos 3 e 4, no anexo III). O item Não-Operacional obteve um índice excessivo em decorrência da aplicação de multas em contratos de arrendamento no valor de R\$ 12,5 milhões.



CDRJ

Faturamento por Contrato – 2011

	<i>Previsão/2011 (IGP-M 4,7)</i>	<i>Total Faturado</i>	<i>% Exec</i>
Sede			
<i>Recuperação de vencimentos</i>	10.306.488,66	10.508.391,39	102,0
<i>Receitas Diversas</i>	0,00	769.732,88	0,0
Total SEDE	10.306.488,66	11.278.124,27	109,4
Porto do Rio			
<i>Cais Público</i>	77.827.808,34	46.449.098,03	59,7
<i>Moinho Cruzeiro Sul</i>	1.435.427,24	733.928,29	51,1
<i>Multi-Rio (*)</i>	25.081.507,05	23.617.752,84	94,2
<i>Libra Terminal Rio (**)</i>	4.580.837,78	4.032.846,23	88,0
<i>Multi-Car Terminal Veículos</i>	5.409.364,69	4.325.126,12	80,0
<i>Pier Mauá</i>	6.584.756,91	4.662.307,71	70,8
<i>Triunfo (S.Cristóvão)</i>	5.866.832,83	4.240.680,71	72,3
<i>Terminais Privativos</i>	20.411.757,59	14.359.652,65	70,3
Total do SUPRIO	147.198.292,43	102.421.392,58	69,6
Porto de Niterói			
<i>Cais Público</i>	613.481,75	560.276,33	91,3
<i>Terminal 1 – Nitport</i>	568.732,29	462.944,80	81,4
<i>Terminal 2 – Nitshore</i>	1.673.231,43	1.360.871,26	81,3
Total GERNIT	2.855.445,47	2.384.092,39	83,5
Porto de Angra dos Reis			
<i>Cais Público</i>	1.467.514,58	289.684,91	19,7
<i>Terminal Arrendado-Angraporto</i>	2.507.500,75	2.139.940,94	85,3
<i>Terminais Privativos</i>	8.057,57	0,00	0,0
Total GERANG	3.983.072,90	2.429.625,85	61,0
Porto de Itaguaí			
<i>Cais Público</i>	3.952.590,32	3.442.894,83	87,1
<i>Terminais Arrendados</i>	164.847.106,19	156.503.159,13	94,9
<i>CSN</i>	83.707.019,33	83.408.669,41	99,6
<i>Valesul</i>	4.061.053,07	3.144.790,59	77,4
<i>Sepetiba Tecon</i>	1.721.695,37	775.482,45	45,0
<i>CPBS</i>	75.357.338,42	69.174.216,68	91,8
<i>Terminais Privativos</i>	57.004,03	0,00	0,0
Total ITAPOR	168.856.700,54	159.946.053,96	94,7
TOTAL GERAL	333.200.000,00	278.459.289,05	83,6

(*) Multa aplicada ao contrato nº 10/1998 no valor de R\$ 9,0 milhões.

(**) Multa aplicada ao contrato nº 11/1998 no valor de R\$ 3,5 milhões.

Obs.: ver gráfico 5, no anexo III.

3.1.2 - Receitas de Capital.

A Lei 12.381/11 (LOA-11) aprovou R\$ 80,0 milhões a título de Receitas de Capital/Recursos do Tesouro para Aumento de Capital.

Os Decretos s/nº, de 28/01/2011 e de 24/06/2011 e a Portaria DEST/MPOG nº 124 de 01/06/2011, reabriram créditos inscritos em Restos a Pagar relativos a 2010, totalizando R\$ 47,1 milhões perfazendo R\$ 127,1 milhões.

A Receita com recursos do tesouro para Aumento do Patrimônio Líquido foi reprogramado para R\$ 347,7 milhões sendo, R\$ 127,1 milhões para investimentos com recursos do tesouro, R\$ 212,5 milhões para saneamento financeiro (Lei 12.178/2009 e 12.410/2011) e R\$ 8,1 milhões referente ao saldo financeiro do Convênio com a Prefeitura do Rio de Janeiro relativo à construção do novo acesso ao Porto do Rio.

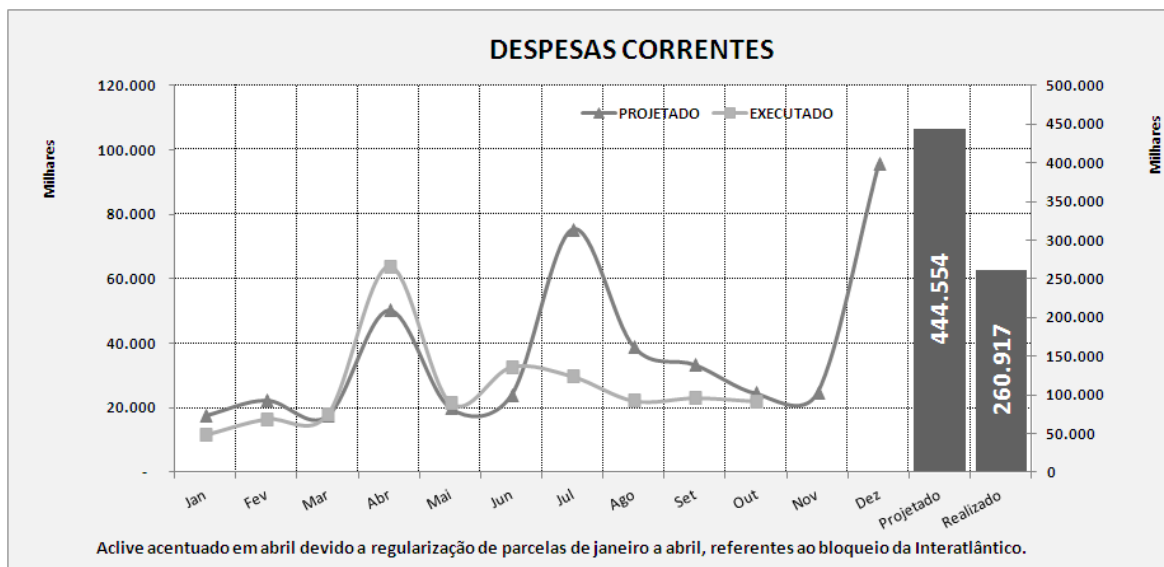
Foram repassados financeiramente R\$ 143,9 milhões, sendo R\$ 77,3 milhões referente ao saneamento financeiro aprovado pela Lei nº 12.178/2009 e R\$ 66,7 milhões das ações vinculadas ao Orçamento de Investimentos de 2011.

3.2 - DISPÊNDIOS

3.2.1 - CORRENTES

A execução dos Dispendios Correntes representou 59% da dotação reprogramada de R\$ 444,5 milhões, alcançando R\$ 260,9 milhões.

Na composição dos gastos, as despesas com maior relevância foram Pessoal (39%) e Dívida Judicial Cível (33%), que juntas representaram 72% do total realizado.



3.2.1.1 – PESSOAL

Dotação reprogramada de R\$ 130,9 milhões, atendendo o pedido de suplementação da SUPREC. Foram executados R\$ 101,7 milhões, correspondendo a 78% do reprogramado, estando dentro da margem de previsão para o período. (ver gráfico 2, no anexo IV).

3.2.1.2 – MATERIAL DE CONSUMO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

Executados R\$ 401,8 mil e R\$ 23,6 milhões, respectivamente.

Apresentam baixa execução (25% e 36%) em relação ao limite reprogramado para o exercício em virtude do contingenciamento para novas contratações.

Em *Material* foram executadas despesas para manutenção de estoque de almoxarifado.

Em *Serviços de Terceiros* foram executados R\$ 13,7 milhões em Dispêndios Indiretos de Pessoal, R\$ 4,2 milhões em Prestação de Serviços Técnicos, R\$ 4,7 milhões em Manutenção e Conservação e R\$ 1,0 milhão nos demais Serv. Terceiros.

3.2.1.3 – ENCARGOS DIVERSOS

Dotação reprogramada de R\$ 245,6 milhões para o grupo, tendo como valores relevantes os diversos bloqueios judiciais, cíveis e trabalhistas.

Foram executados no período R\$ 135,2 milhões, correspondendo a 55% da dotação reprogramada (vide gráfico 5, no anexo IV).

Segue abaixo a discriminação dos subgrupos e as respectivas execuções.

3.2.1.3.1 – UTILIDADES E SERVIÇOS / TRIBUTOS E ENCARGOS PARAFISCAIS / DÍVIDA EXTERNA

Utilidades e Serviços – Valores executados totalizando R\$ 7,1 milhões (77% do total reprogramado para a rubrica), estando dentro do previsto.

Tributos e Encargos Parafiscais – Executados R\$ 10,2 milhões (46%).

Baixa execução em relação à dotação aprovada, devido à mudança da base de cálculo para apuração do PIS/PASEP e COFINS do ITAPOR. Essa mudança diminuiu consideravelmente esses impostos, ocasionando economia nessa despesa.

Juros da Dívida Externa – Correspondente a duas parcelas anuais e fixas, em abril e setembro, dos contratos com o BIB e DMLP. Executados R\$ 0,3 milhões.

3.2.1.3.2 – DÍVIDA JUDICIAL

Dívida Judicial Trabalhista – Dotação reprogramada de R\$ 21,2 milhões. Tendo uma execução de R\$ 14,2 milhões. A execução dessa rubrica deve-se, principalmente, aos bloqueios em conta corrente.

Dívida Judicial Cível – Dotação reprogramada de R\$ 90,5 milhões, tendo sido executados R\$ 87,7 milhões (97%). A previsão é que não haja extrapolação visto a paralização da despesa mais significativa (bloqueio JP MORGAM e CIAM). Segue abaixo, a situação dos dois principais bloqueios cíveis:

- 1) Regularização do processo nº 1998.001.185286-0-11ª VC de JP MORGAM e CIAM, responsável pelo bloqueio de 40% da receita corrente, direto na

arrecadação, o qual foi suspenso judicialmente em agosto. Executados R\$ 54,5 milhões, esse bloqueio era principal causador do desequilíbrio orçamentário e da extrapolção do grupo;

- 2) Regularização do processo nº 0102697-82.2009.8.19.0001-19ª VC/RJ de Brooklin Empreendimentos S/A, responsável pelo bloqueio de 20% da receita corrente, direto na arrecadação. Executados R\$ 30,5 milhões, o mesmo foi suspenso judicialmente em outubro;

Obs.: A DIREXE autorizou o contingencimento de recursos necessários para a regularização dos bloqueios judiciais até o final do exercício. Em razão da suspensão dos bloqueios JP MORGAM/CIAM e Brooklin Empreendimentos, foi solicitado pela DIPLAN o descontingencimento das dotações contempladas, porém não foi aceito pela DIREXE.

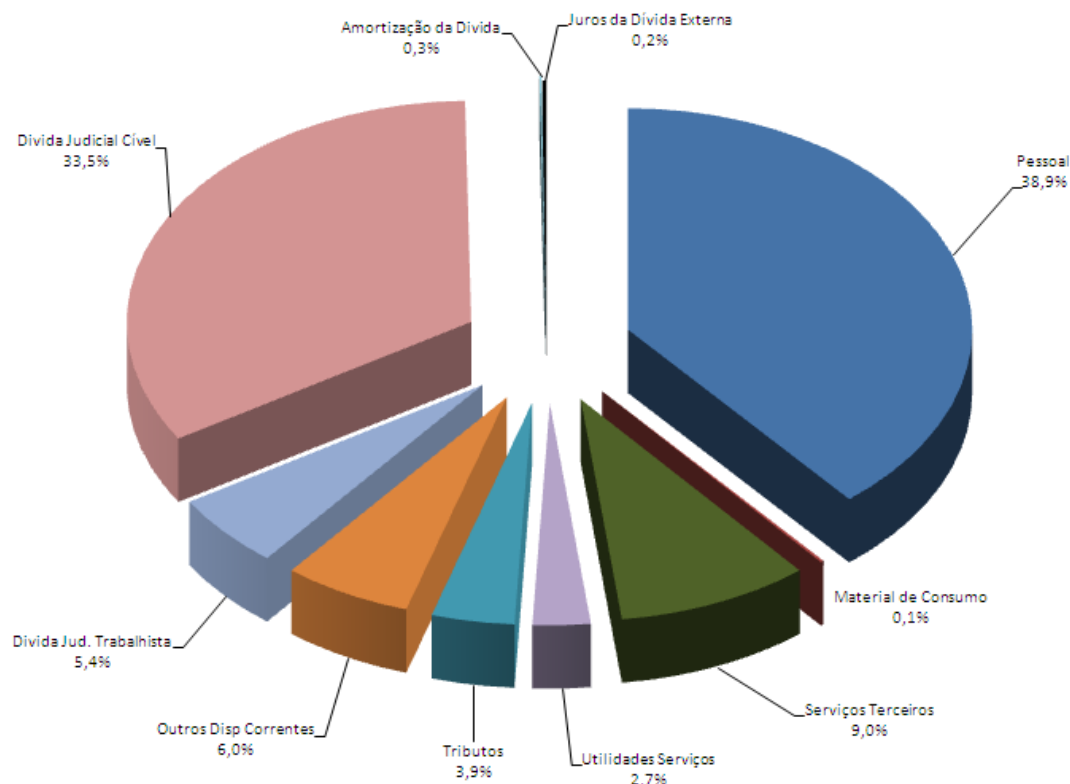
3.2.1.3.3 – OUTROS DISPÊNDIOS CORRENTES

Demais Dispêndios Correntes – Executados R\$ 11,9 milhões, representando 70% da Dotação reprogramada de R\$ 17,0 milhões. Nesse Grupo classificam-se as seguintes despesas: Desp. Miúdas, Despesas Legais, Seguros de Bens e de Pessoal e Contratos de Cessão de Crédito.

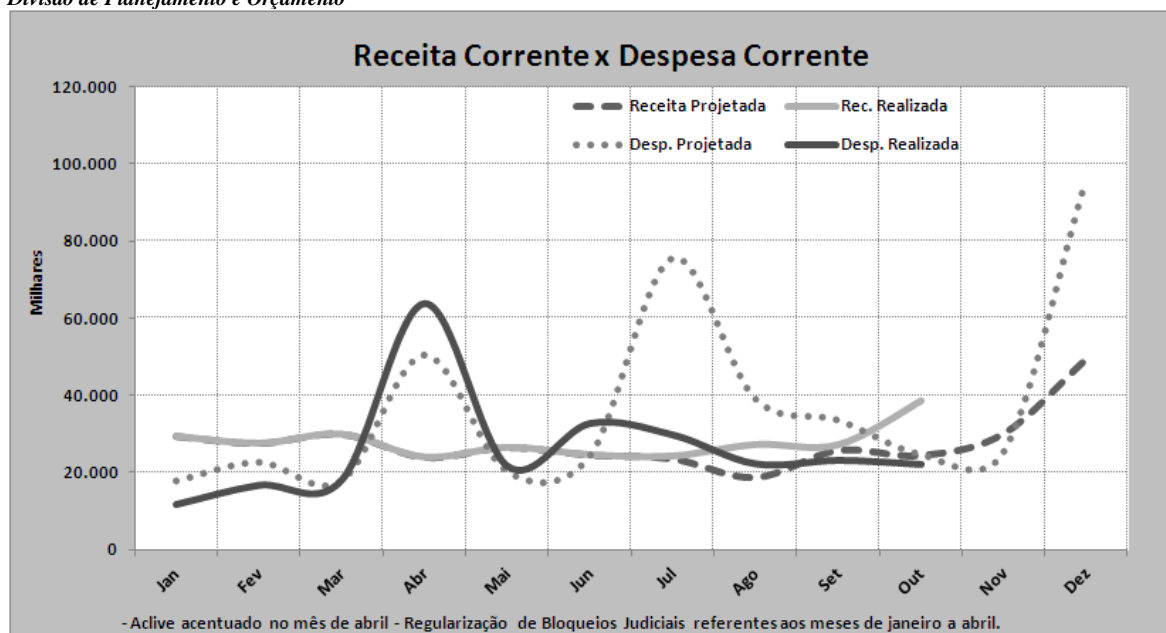
Aluguéis – Executados R\$ 1,1 milhão (66%). Registrados no exercício, os contratos de característica “continuado”, oriundos do exercício de 2010: Viaturas, Equip. Radio Telec. e Telefonia, Sistema de Segurança Eletrônica, Maquinas Copiadoras e Sanitários Químicos.

Multas e Encargos Financeiros – Executados R\$ 2,8 milhões. Apresentou uma execução de 5% dentro da dotação reprogramada levando-se em consideração que R\$ 48,5 milhões dos R\$ 51,5 milhões, que foram inclusos na reprogramação, são referentes a recursos do tesouro para saneamento financeiro.

Representação % dos Dispendios de Custeio Executados



Item	Composição
Pessoal	Fl pagto, encargos sociais.
Material de Consumo	Material para estoque almoxarifado
Serviços. Terceiros	Encargos indiretos c/ Pessoal, serv manutenção, assessoria e consultoria, propaganda e publicidade.
Utilidades e Serviços	Energia, telefone, água e esgoto, correios.
Tributos	Pasep, IPTU, Foro, Cofins, Licença Ambiental, IPVA, Sal. Educação.
Juros Dívida Externa	Juros ref. Financ Externo (Serv. Dívida União).
Multas	Multas de IPTU, Pis, COFINS, IR, ISS, multas relativas parcelam débito tributário e outras.
Dívida. Trabalhista	Depósitos, acordos e bloqueios da Justiça Trabalhista.
Dívida. Cível	Bloqueios e acordos da Justiça Cível, Dívida Ativa, Indenizações e Restituições.
Outros Disp. Correntes	Cessão de Créditos, Despesas Miúdas, Seguros de Bens e Pessoal, Despesas Legais e Judiciais, , Aluguéis de Viaturas, de Imóveis, de Radio e telefonia, de Sist Seg da Sede, de Máq. Copiadoras e de Embarcações.
Amortização da Dívida	Pagamento do principal do financiamento externo.



1.3 - Quadro PDG/2011 – Execução por Diretoria e Centro de Custo

PDG/2011 - Dispendios Correntes (desempenho por diretoria)

Diretoria		Reprogramado	Executado	%
DIRARH	SUPADM	7.045.962,50	6.600.904,44	93,7%
	SUPREC	152.094.796,50	117.007.286,57	76,9%
	SUPINF	20.671.600,00	11.385.017,90	55,1%
	SUPFIN	212.640.343,91	111.887.665,58	52,6%
Total		392.452.702,91	246.880.874,49	62,9%
DIRPRE	ASSCOM	804.350,00	474.134,08	58,9%
	GABPRE	198.010,00	116.286,03	58,7%
	SUPAUD	7.000,00	-	0,0%
	SUPGUA	224.286,00	-	0,0%
	SUPJUR	14.874.774,11	7.784.877,92	52,3%
	SUPMAM	2.863.477,76	566.515,70	19,8%
Total		18.971.897,87	8.941.813,73	47,1%
DIRPLA	SUPLAN	1.205.432,81	10.947,59	0,9%
	SUPCOM	3.874.803,43	105.462,93	2,7%
	SUPDEP	253,00	253,00	100,0%
Total		5.080.489,24	116.663,52	2,3%
DIRGES	SUPENG	28.049.378,00	4.977.185,44	17,7%
Total		28.049.378,00	4.977.185,44	17,7%
Consolidado		444.554.468,02	260.916.537,18	58,7%

Análise do Desempenho por Diretoria - Pontos relevantes na execução.

DIRARH – 62,9%

SUPADM – Acima do previsto devido ao pagamento de IPTU de anos anteriores.

SUPREC – Dentro do previsto conforme dotação aprovada.

SUPINF – Abaixo do previsto para o período, conforme dotação aprovada. Diversos processos em andamento em fase de licitação.

SUPFIN – Extrapolação nas rubricas de bloqueios judiciais da CIAM e Brooklin que foram suspensas judicialmente. Porém, foi acrescida na reprogramação do PDG os valores referentes ao saneamento financeiro com recursos do tesouro para pagamento de multas e encargos de impostos de anos anteriores.

DIRPRE – 47,1%

ASSCOM – Abaixo do previsto conforme dotação aprovada. Não aplicação dos recursos referente a propaganda institucional da CDRJ.

GABPRE – Abaixo do previsto conforme dotação aprovada. Baixa aplicação na rubrica “Diversos Serviços de Terceiros”.

SUPAUD – Os recursos autorizados para aquisição de assinaturas, não foram aplicados pelo gestor.

SUPGUA – Os recursos autorizados para a área não foram aplicados pelo gestor.

SUPJUR – Abaixo do previsto para o período, ocasionado, principalmente, pela baixa execução dos processos trabalhistas.

SUPMAM – Baixa execução dos recursos autorizados. Não foi iniciada a contratação dos serviços de “Elaboração do Plano Emergencial”, “Elaboração do Sistema de Informações Ambientais” e “Outros Estudos”.

DIRPLA – 2,3%

SUPLAN – Baixa execução dos recursos autorizados devido à suspensão da contratação do Plano Diretor/Planejamento Estratégico.

SUPCOM – Os recursos autorizados para serviços de assessoria e consultoria técnica solicitados pela área obteve baixo comprometimento para novas contratações.

SUPDEP – Suspensão da gestão do fundo fixo.

DIRGES – 58,7%

SUPENG – Não foram aplicados os recursos autorizados para aquisição de materiais diversos. As rubricas de Assessoria Técnica e de Manutenção de Bens Móveis e Conservação de Bens Imóveis estão dentro do previsto, tendo em vista que R\$ 16,0 milhões são recursos do tesouro ainda não repassados vinculados à estudos e projetos de ampliação do Porto de Itaguaí.

(Detalhamento completo no ANEXO I)

3.2.2 – ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

3.2.2.1 – Créditos para Investimentos

Base Legal	Suplementação	Cancelamento	Total Aprovado
Decreto s/nº, de 28/01/2011	R\$ 31.000.000	R\$ 0	R\$ 31.000.000
Lei nº 12.381, de 09/02/2011 (LOA/2011)	R\$ 124.148.499	R\$ 0	R\$ 124.148.499
Portaria nº 124, de 01/06/2011	R\$ 12.914.605	(R\$ 12.914.605)	R\$ 0
Decreto s/nº, de 24/06/2011	R\$ 3.149.565	R\$ 0	R\$ 3.149.565
Créditos em Andamento	R\$ 4.727.211	(R\$ 5.435.655)	(R\$ 708.444)
TOTAL	R\$ 175.939.880	(R\$ 18.350.260)	R\$ 157.589.620

Fixado, pela Lei 12.381 de 09 de fevereiro de 2011 (LOA-11), para o Orçamento de Investimentos o valor de R\$ 124,1 milhões, sendo R\$ 118,3 milhões com recursos do Tesouro e R\$ 5,8 milhões com recursos próprios.

O detalhamento do Orçamento de Investimentos foi divulgado como Suplemento “B” da Lei 12.381/10 (LOA-11) em 23/02/2010.

Os Decretos s/nº, de 28/01/2011 e 24/06/2011, reabriram créditos inscritos em Restos a Pagar referentes ao exercício de 2010 no total de R\$ 34,1 milhões.

A Portaria/DEST nº 124 de 01/06/2010, remanejou créditos não aplicados para diversas ações de investimentos.

Apresentou execução de R\$ 4,5 milhões (2,9%). Baixa execução ocasionada pelos seguintes fatos:

- 1) Os processos de investimentos de maior relevância relativos ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC-2 e PAC da Copa), permanecem nas fases de estudo de viabilidade técnica e ambiental e de licitação;

AÇÕES DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO – PAC-2 E PAC DA COPA	
12LG - Reforço Estrutural do Cais da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 12.000.000
12LH - Reforço Estrutural do Cais de São Cristóvão no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	(*) R\$ 8.000.000
12LI - Implantação de 3 Píeres de Atracação no Porto do Rio de Janeiro (RJ)	R\$ 78.000.000
TOTAL	R\$ 98.000.000

(*) Dotação será remanejada para a ação 12LG.

- 2) Outros processos aguardando a liberação dos recursos aprovados na LOA/2011 para início da execução.

(Anexo II, detalhamento do Orçamento de Investimentos)